OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 45/2013
Período: 07/12/2013 – 13/12/2013
GEDES – Brasil

1- Ex-presidente da República João Goulart foi enterrado com honras de chefe de Estado
2- Bilhetes revelam informações falsas em relatório do Dops
3- Dilma Rousseff não decidiu a compra dos caças do programa FX-2
4- Ministério da Defesa recebeu verba e atuou na prevenção de enchentes e deslizamentos
5- Militares participaram de ato de combate à violência contra a mulher
6- Artista realiza exposição de obras que criticam regime militar
7- Jornal destacou o papel dos adidos militares na política externa brasileira
8- Jornal avaliou participação brasileira no Haiti
9- Comissão da Verdade de São Paulo concluiu que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek foi assassinado
10- Justiça Federal inicia audiências acerca de acusações contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra
11- Tentativa de colocar satélite sino-brasileiro em órbita fracassou
12- Homens das Forças Armadas participam do combate à dengue no Distrito Federal
13- Comemorações do Dia do Marinheiro
14- Comissão Nacional da Verdade reconheceu assassinato de um militante
15- Escolas com nomes de presidentes do regime militar são renomeadas
16- Ex-delegado que trabalhava no DOI-Codi negou acusações de práticas de tortura

1- Ex-presidente da República João Goulart foi enterrado com honras de chefe de Estado

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os restos mortais do ex-presidente da República João Goulart foram enterrados, no dia 06/12/13, na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul, com honras de chefe de Estado, diferentemente do primeiro sepultamento ocorrido em 1976, durante o regime militar (1964-1985). Os restos mortais de Goulart foram exumados três semanas antes do novo enterro para perícia e coleta de amostras de tecidos. O objetivo é esclarecer a causa da morte de Goulart, cuja versão oficial afirma ter sido por infarto, enquanto a família do ex-presidente e o governo suspeitam que ele foi envenenado. A *Folha* afirmou que não há um prazo para a divulgação dos resultados da análise e que as amostras coletadas dos restos mortais do ex-presidente foram encaminhadas para laboratórios fora do país. O jornal ainda mencionou que durante o novo sepultamento, Carlos Bolivar Goellner, general e comandante militar do Sul, afirmou que o Exército não deve desculpas e que “não houve um erro histórico”. Segundo o jornal, tal declaração gerou reações de políticos presentes na cerimônia, como dos senadores federais Randolfe Rodrigues e Pedro Simon, sendo que este relembrou da recente anulação simbólica da sessão do Congresso Nacional

que depôs Goulart, em 1964. (Folha de S. Paulo – Poder – 07/12/13; O Estado de S. Paulo – Política – 07/12/13)

2- Bilhetes revelam informações falsas em relatório do Dops

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, membros do grupo Tortura Nunca Mais descobriram bilhetes escritos à mão por membros do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do estado da Guanabara, atual cidade do Rio de Janeiro, que solicitavam a inclusão de informações falsas no relatório sobre a prisão do engenheiro Raul Amaro Nin Ferreira, morto após tortura durante o regime militar (1964-1985). Entre as falsas informações encontradas no levantamento de documentos estaria um pedido do coronel Gastão Fernandez, na época diretor da unidade do Dops, para a inclusão no relatório de que Ferreira teria reagido e provocado confronto, de forma a justificar as marcas de tortura no corpo do engenheiro. Outro ponto que foi solicitado para compor o relatório final foi a informação de que o pai de Ferreira teria informado a localização da casa de seu filho, entretanto a família contesta essa informação. Segundo o jornal, tal procedimento visava ocultar o verdadeiro informante. A *Folha* ainda mencionou que Ferreira foi preso em agosto de 1971, apontado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) como membro do grupo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que participou da luta armada contra o regime militar. (Folha de S. Paulo – Política – 07/12/13)

3- Dilma Rousseff não decidiu a compra dos caças do programa FX-2

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a presidenta da república, Dilma Rousseff, finalizará seu mandato sem decidir como se realizará a compra dos caças do programa FX-2, de reaparelhamento da Força Aérea Brasileira (FAB). O Orçamento de 2014 previsto para o Ministério da Defesa não corresponde ao valor do negócio, que custará mais R$ 10 bilhões. Durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, os militares afirmaram que para que as Forças Armadas façam “o mínimo necessário” o orçamento deveria ser acrescido em R$ 13 bilhões. Segundo Miguel Corrêa, relator-geral do Orçamento de 2014, a compra dos caças não está prevista para o próximo ano porque “não é prioridade para o governo”. Segundo o jornal, a compra dos caças é uma operação complicada, uma vez que demanda transferência de tecnologia, um índice de produção nacional e um longo período de obrigações contratuais. Porém, os militares avaliam essa operação como necessária para a proteção do território nacional. O *Correio* recordou que em 2008, três caças foram selecionados para a última parte do programa FX-2: o F18 Super Hornet, fabricado pela empresa estadunidense Boeing; o Gripen NG, proposto pela sueca SAAB; e o Rafale, produzido pela francesa Dassault. A Boeing argumenta que o Super Hornet, além de acessível, possui baixo risco e está em operação atualmente. O caça é capaz de acumular 1 milhão de horas de voo. A empresa SAAB, por sua vez, alega que o caça Gripen NG é versátil e extremamente avançado, suas armas são precisas e teleguiadas. De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a visita do presidente da França, François Hollande, ao Brasil, nos dias 12 e 13/12/13, teve grande importância nas negociações do projeto FX-2. Hollande veio ao Brasil acompanhado do principal executivo da

Dassault, Éric Trappier. Apesar de a proposta de orçamento do governo federal para 2014 não incluir recursos para a compra dos aviões, a expectativa acerca da finalização das negociações era grande. De acordo com a *Folha*, as chances do Rafale ser escolhido aumentariam por diversos fatores, entre eles a boa relação que Hollande mantém com a presidenta da República, Dilma Rousseff, e também a garantia de transferência de tecnologia. Os franceses já concordaram em transferir 100% da tecnologia, e com uma perspectiva de nacionalização de 50%, uma vez que os caças seriam montados pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), enquanto os Estados Unidos oferecerem um patamar de transferência tecnológica somente concedido às nações com que o país mantém as melhores relações. No que diz respeito ao preço dos caças, o Rafale é 40% mais caro que o F-18. Apesar dos pontos positivos, *a Folha* afirmou que o Rafale não é o mais bem visto pelo Comando da Aeronáutica, sendo que a FAB o classificou em último lugar no relatório de avaliação dos caças. Segundo o *Correio* do dia 13/12/13, alguns dos franceses que acompanhavam o processo consideram que a decisão da compra dos caças pelo governo brasileiro dificilmente ocorrerá antes de 2016. De acordo com o jornal, os franceses, no entanto, estavam otimistas com a possibilidade do caça Rafale ganhar força na concorrência diante o esfriamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, pois, segundo um funcionário do governo brasileiro, os estadunidenses atuaram não só a favor de sua aeronave, o F-18, mas também contra o caça francês Rafale, afirmando que "eles chegaram a dizer: se não quiserem levar o F/A-18, escolham o Gripen [caça sueco]". Ainda segundo o *Correio*, diante a demora do Brasil em fazer a escolha dos caças, é necessário "negociar acordos de parceria local para a produção de componentes dos aviões, uma exigência do governo brasileiro, e refazer muitas contas". (Correio Braziliense – 08/12/13; Correio Braziliense – 10/12/13; Correio Braziliense – 12/12/13; Correio Braziliense – 13/12/13; Folha de S. Paulo – Poder – 10/12/13; Folha de S. Paulo – Opinião – 12/12/13)

4- <u>Ministério da Defesa recebeu verba e atuou na prevenção de enchentes e deslizamentos</u>

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o principal programa federal voltado à prevenção de enchentes e deslizamentos, denominado "gestão de riscos e resposta a desastres", não recebeu a mesma prioridade verificada nos discursos governamentais. O programa destinou R$ 5,2 bilhões ao Ministério da Defesa e a outras cinco pastas – Integração Nacional, Cidades, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e Meio Ambiente – para "ações de defesa civil, contenção de encostas, sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais e desassoreamento e recuperação de bacias". Os seis ministérios, no entanto, gastaram juntos somente 51% do valor. O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Alertas de Desastres Naturais, lançado pelo governo federal em agosto de 2012, previa a instalação de nove radares meteorológicos do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden). O primeiro radar, contudo, foi inaugurado no início do mês dezembro de 2013, na Base Aérea de Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Um exemplo dos efeitos das fortes chuvas de verão que acontecem nos meses de dezembro e janeiro no Brasil é o temporal que atingiu a cidade de Lajedinho, no estado da Bahia, destruindo casas e deixando cerca de 300 pessoas desabrigadas.

Militares do Exército e homens do Corpo de Bombeiros foram deslocados das cidades de Lençóis, Itaberaba e Salvador para auxiliar a Defesa Civil em Lajedinho. (Correio Braziliense – 09/12/13; Correio Braziliense – 12/12/13)

5- Militares participaram de ato de combate à violência contra a mulher

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, representantes da Marinha, Exército, Aeronáutica, Corpo de Bombeiros, Cruz Vermelha e escoteiros participaram da Caminhada do Laço Branco em Belém, no estado do Pará, no dia 08/12. O ato faz parte de uma campanha mundial de combate à violência contra a mulher cujo tema é "Violência não! Mulher merece atenção". (Correio Braziliense – 09/12/13)

6- Artista realiza exposição de obras que criticam regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o pintor Antonio Henrique Amaral terá suas obras críticas contra o regime militar (1964-1985) expostas na Pinacoteca do Estado de São Paulo e em exposição de desenhos e gravuras na Caixa Cultural. Amaral pintava bananas, inicialmente verdes e saudáveis, progredindo ao apodrecimento, destroçadas por garfos ou enforcadas por cordas. As bananas fizeram parte de cerca de 200 pinturas do artista entre 1960 e 1970 e representaram uma metáfora aos "descaminhos" do regime militar. O artista afirmou que "queria esculhambar com o governo militar, que estava reduzindo o Brasil a mais uma república das bananas, como eram as republiquetas centro-americanas" e ressaltou que os militares, apesar de notarem a ironia das telas, não puderam impedir sua exibição na época do regime militar, correndo o risco de cair no ridículo ao censurar uma exposição de bananas. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 09/12/13)

7- Jornal destacou o papel dos adidos militares na política externa brasileira

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, mais da metade dos adidos militares brasileiros estão instalados em países com pouca relevância bélica. Segundo levantamento do jornal, dos 63 oficiais ocupam cargos em 34 países, 33 estão alocados em países que gastam menos de US$ 5 bilhões no setor de defesa. Há ainda casos como no Paraguai e na Bolívia que, apesar não terem saída para o mar, recebem adidos navais mantidos pela Marinha. Na França, país que possui o quinto maior orçamento bélico do mundo, o Brasil tem adidos para as três Forças. Já na China, país com o segundo maior orçamento militar, o Brasil tem três adidos, enquanto na Rússia há apenas um. A maioria dos adidos é coronel do Exército ou da Aeronáutica, capitão-de-mar-e-guerra, oficial general ou tenente-coronel. Segundo o Ministério da Defesa, não é a relevância militar de um país que define a presença de adidos militares, mas sim a importância estratégica do país para o Brasil, visando potenciais parcerias e cooperação na área de Defesa. Ainda segundo a pasta, é de interesse do Brasil manter o Atlântico Sul livre de conflitos e armamentos nucleares e, para tanto, a cooperação com países da América do Sul e da África é essencial. Para Márcio Scalércio, professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a presença de adidos militares atende a posições diplomáticas: é preciso ter

bom relacionamento com militares locais para que o Brasil possa ter influência em alguns países. Segundo Scalércio, há ainda a motivação comercial, pois os adidos militares promovem intercâmbio com as Forças Armadas de países amigos a fim de colaborar na troca de conhecimentos. No contexto em que o Brasil busca aumentar sua influência na África, o jornal ressaltou o caso da Namíbia, onde um adido brasileiro da Marinha identificou a oportunidade de firmar um acordo bilateral de cooperação quando o país procurava parceiros para montar uma pequena força naval. O navio de patrulha brasileiro Purus, desativado e reformado, foi doado aos namibianos e o acesso às escolas de formação oficiais foi aberto, trazendo resultados em longo prazo, como o programa de exploração de reservas de óleo e gás que a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás) mantém na Namíbia. Segundo o jornal, tal exemplo mostra a importância dos adidos no processo de busca por aliados. Militares das Forças Armadas brasileiras trabalhando no exterior recebem uma "retribuição", prevista por lei, que pode variar conforme "missão desempenhada, posto ou graduação, período de permanência e peculiaridades inerentes à jurisdição da sua área de atuação e ao local onde suas funções estão sediadas". Os valores em dólar podem ultrapassar, de forma legal, o teto constitucional estabelecido. O Tribunal de Contas da União investigou as despesas com adidos militares em 2009, porém não foram encontradas irregularidades. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/12/13)

8- Jornal avaliou participação brasileira no Haiti

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, dados fornecidos pelo Ministério da Defesa indicam que a Organização das Nações Unidas (ONU) reembolsou pouco mais de um terço dos gastos do Brasil com a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). De acordo com a pasta da Defesa, a ONU pagou tudo o que devia ao país em relação à operação no Haiti até o fim do terceiro trimestre de 2013, sendo os eventuais atrasos relacionados a processos bancários. Segundo o levantamento da Defesa, a missão teve seu ápice de gastos em 2010, quando um terremoto atingiu o país caribenho. Na época, foi enviada ajuda humanitária e houve a instalação do 2º Batalhão de Infantaria (Brabat 2) no Haiti. Com o objetivo de "restaurar a ordem após um período de insurgência e tumulto que se seguiu à queda do presidente Jean-Bertrand Aristide", as tropas da Minustah, sob o comando do Brasil, enfrentaram grupos armados. Em relação à garantia da segurança, o governo brasileiro avalia a operação como bem sucedida, ao desmantelar gangues e retomar áreas dominadas, acumulando conhecimento que pode ser aplicado às favelas do Rio de Janeiro. O jornal destacou ações de pequeno alcance que tiveram grande impacto local, como obras e organização de serviços públicos e a iniciativa do governo haitiano para a criação de subsídios que permitam que as crianças pobres tenham acesso às escolas. Segundo Renata Giannini, pesquisadora e doutora em Estudos Internacionais pela Old Dominium University (Estados Unidos), o Brasil procura aumentar seu papel internacional por meio da participação em ações da ONU, a fim de pleitear um lugar permanente no Conselho de Segurança (CS). A pesquisadora destacou que o Brasil também atua na assistência humanitária e nos trabalhos de engenharia de rápido impacto no Haiti. Conforme uma fonte do governo ouvida pelo jornal,

o Brasil está reduzindo seu contingente no Haiti, conforme determinações e calendário estabelecidos pelo CS. (O Estado de S. Paulo – Política – 09/12/13)

9- Comissão da Verdade de São Paulo concluiu que o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek foi assassinado

De acordo com os jornais *Correio Braziliense, Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo Vladmir Herzog apresentou, no dia 10/12/13, um relatório declarando que a morte do ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, não foi acidental como afirmou a versão oficial, mas se tratou de um assassinato. Kubitschek morreu no dia 22/08/1976, durante o regime militar (1964-1985), num acidente de carro na rodovia Presidente Dutra que liga a cidade de São Paulo à cidade do Rio de Janeiro. O veículo em que estava o ex-presidente colidiu com um caminhão. De acordo com a versão oficial, o acidente teria sido provocado pelo motorista de um ônibus que teria batido em alta velocidade contra o carro no qual estava Kubitschek. O relatório divulgado pela comissão apresenta 90 indícios, testemunhos, provas e evidências de que o ex-presidente teria sido assassinado por agentes do regime. Isso porque Kubitschek representava uma ameaça ao regime militar, pois estaria sendo apoiado por políticos democratas estadunidenses. Dentre os principais indícios apresentados pelo relatório, pode-se citar o depoimento de Josias Nunes de Oliveira, motorista do ônibus que teria colidido com o carro do ex-presidente. O motorista afirmou ter sofrido uma tentativa de suborno para admitir a autoria do acidente, apesar de os passageiros declararem não ter havido choque entre os dois veículos. Outro depoimento importante foi o de Ademar Jahn, motorista de um caminhão que passava pelo local do acidente, e afirmou ter visto o motorista do carro do ex-presidente, Geraldo Ribeiro, desacordado momentos antes da colisão, confirmando a versão do perito criminal Antônio Carlos de Minas, que participou da exumação do corpo de Ribeiro e viu um orifício no crânio do motorista, cuja comissão acredita ter sido feito por um projétil de arma de fogo de uso exclusivo militar. O relatório será enviado à presidenta da República, Dilma Rousseff, ao presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa e à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Segundo o *Correio,* a divulgação do relatório criou uma "guerra de versões" sobre a morte de Kubitschek, envolvendo o médico legista que realizou, em 1996, o exame da ossada do motorista de Kubitschek, Mario Alberto Cardoso, e os outros peritos envolvidos no caso que defendem a tese oficial de acidente. Segundo eles, as marcas de frenagem na pista e a presença de tinta do ônibus no carro do ex-presidente comprovam o acidente. A CNV se colocou em posição contrária. Maria de Lourdes Ribeiro, filha do motorista, declarou que não permitirá a exumação de seu pai, independentemente do pedido ter sido feito pela comissão à Justiça de Minas Gerais, que permitiu a realização do processo mediante autorização da família. O primeiro exame no corpo de Ribeiro foi realizado logo após o acidente, em 1976, sendo refeito em 1996, quando se verificou a presença de um objeto metálico em seu crânio, o qual seria, segundo versão oficial, um prego do caixão. De acordo com a CNV o motorista do ônibus afirmou, durante depoimento, que no dia seguinte dois homens lhe ofereceram uma mala de dinheiro para assumir a responsabilidade pelo acidente; além disso, fotos

mostraram a existência de fraude na perícia do carro, pois os faróis do carro não se encontravam quebrados no dia do acidente, mas no dia seguinte sim. Peritos que defendem a tese do acidente afirmam que os faróis poderiam ter sido quebrados durante o transporte do carro para a perícia e segundo eles, testemunhas afirmaram terem visto o acidente entre o ônibus e o automóvel. Segundo o *Correio*, o caso repercutiu no Congresso Nacional. O deputado Walter Feldman apresentou um requerimento à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em que convida o presidente da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, vereador Gilberto Natalini, o ex-secretário de Kubitschek, Serafim Jardim e o perito criminal Antonio Carlos de Minas para uma audiência pública. De acordo com o *Correio*, o requerimento seria votado no dia 18/12/13. Segundo Feldman, a decisão de levar o assunto ao Congresso Nacional se deve ao fato desse ser um tema fundamental para a História do país. (Correio Braziliense – 10/12/13; Correio Braziliense – 11/12/13; Correio Braziliense – 12/12/13; Correio Braziliense – 13/12/13; Folha de S. Paulo – Poder – 11/12/13; O Estado de S. Paulo – Política – 11/12/13; O Estado de S. Paulo – Política – 12/12/13;)

10- <u>Justiça Federal inicia audiências acerca de acusações contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra</u>

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Justiça Federal iniciou no dia 09/12/13, na cidade de São Paulo, as audiências para apurar a acusação do Ministério Público Federal (MPF) de que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e os delegados Alcides Singillo e Carlos Alberto Augusto seriam responsáveis pelo sequestro de Edgar Aquino Duarte, ex-fuzileiro naval expulso das Forças Armadas por se opor ao golpe de 1964. Segundo o *Estado*, Duarte está na lista de desaparecidos políticos do regime militar (1964-1985) desde 1973. O MPF acredita que Duarte, que era amigo do militar José Anselmo dos Santos, conhecido por Cabo Anselmo, teria sido preso ilegalmente em 1971 e levado para o Destacamento de Operação de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), por colocar em risco a atuação disfarçada de Santos junto aos grupos de esquerda. Todas as testemunhas ouvidas até o momento identificaram Ustra como responsável pelas torturas ocorridas no DOI-Codi, órgão do qual era chefe. No primeiro dia de audiência, 09/12/13, o militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), José Damião Trindade, afirmou em seu depoimento que foi torturado por Ustra e que conviveu com Duarte na prisão. Outro militante da ALN, Artur Machado Sciavone, também afirmou ter sido agredido por Ustra e que o militar sabia que Duarte estava das dependências do DOI-Codi. No segundo dia de audiência, 10/12/13, o ex-preso político Ivan Akselrud de Seixas foi o primeiro a apontar, em seu depoimento, que Carlos Alberto Augusto foi um dos responsáveis pela prisão de Duarte. Ustra ainda não compareceu em nenhuma das sessões. (Folha de S. Paulo – Poder – 10/12/13; Folha de S. Paulo – Poder – 11/12/13; O Estado de S. Paulo – Política – 10/12/13)

11- Tentativa de colocar satélite sino-brasileiro em órbita fracassou

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, fracassou a tentativa de colocar o satélite sino-brasileiro CBERS-3 em órbita. O aparelho produzido em parceria com a China caiu na Terra depois de passar 30 minutos em órbita. Segundo especialistas, o satélite caiu devido a uma falha no foguete propulsor que parou de funcionar 11 segundos antes do previsto, impedindo que o satélite atingisse a velocidade necessária de oito quilômetros por segundo. No acordo, cada país ficou responsável por 50% do projeto, sendo o foguete lançador o modelo Longa Marcha 4B, de responsabilidade da China. O satélite havia levado oito anos para ficar pronto e demandado R$ 289 milhões do governo brasileiro. O Brasil depende de imagens produzidas por satélite de outros países para observação de seu próprio território desde 2010, quando o CBERS-2B deixou de operar. A única opção agora, para sair a posição de dependência é antecipar o lançamento do satélite CBERS-4, que estava previsto para 2015. Ainda assim, segundo Oswaldo Miranda, vice-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o prazo mínimo para a finalização desse projeto seria de 12 a 14 meses. *O Estado* destacou que o Programa Espacial Brasileiro sofre com a falta de recursos desde sua criação, há 53 anos, quadro que se agravou após a explosão da base de lançamentos da cidade de Alcântara, no estado do Maranhão, em 2003. Sobre o assunto, os militares afirmaram que a questão espacial do Brasil é assunto prioritário na agenda de assuntos estratégicos da presidenta da República, Dilma Rousseff. (Folha de S. Paulo – Ciência+Saúde – 10/12/13; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 10/12/13)

12- Homens das Forças Armadas participam do combate à dengue no Distrito Federal

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, cerca de 45 militares participam de um treinamento para ajudar no combate ao mosquito da dengue no Distrito Federal (DF), onde o número de casos de dengue é oito vezes maior do que o registrado em 2012. Os militares estão mobilizados para o levantamento de índices e ações de orientação à população. (Correio Braziliense – 11/12/13)

13- Comemorações do Dia do Marinheiro

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, realizou-se no dia 13/12/13 a solenidade em comemoração ao Dia do Marinheiro (12/12). O evento ocorreu no Grupamento dos Fuzileiros Navais de Brasília e foi presidido pelo vice-almirante José Carlos Mathias, Comandante do 7º Distrito Naval. (Correio Braziliense – 12/12/13)

14- Comissão Nacional da Verdade reconheceu o assassinato de um militante

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, no dia 11/12/13, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República entregaram um laudo à família de Arnaldo Cardoso Rocha, militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), no qual é apontada que sua morte ocorreu em decorrência de tiros, durante o regime militar (1964-1985). Médicos forenses e peritos da CNV demonstraram que Rocha foi alvejado

diretamente e sem demonstrar resistência, contrariando a versão oficial de que o militante morrera em um tiroteio. (Correio Braziliense – 12/12/13)

15- Escolas com nomes de presidentes do regime militar são renomeadas

Conforme publicado no periódico *Correio Braziliense*, duas escolas públicas tiveram seus nomes alterados no dia 13/12/13 por fazerem homenagens aos presidentes da República do regime militar (1964-1985). Uma escola, localizada na cidade de Salvador, no estado da Bahia, até então denominada de Colégio Estadual Presidente Emílio Garrastazu Médici, passou a se chamar Colégio Estadual Carlos Marighella. A outra escola, na cidade de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, foi renomeada por iniciativa da Comissão Estadual da Verdade, passando de Escola Municipal Presidente Costa e Silva para Escola Municipal Senador Abdias Nascimento. (Correio Braziliense – 13/12/13)

16- Ex-delegado que trabalhava no DOI-Codi negou acusações de práticas de tortura

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), Aparecido Laerte Calandra, delegado da Polícia Civil aposentado, negou todas as acusações em relação ao período em que atuou no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) 2º Exército, na cidade de São Paulo, durante o regime militar (1964-1985). Sob o codinome "capitão Ubirajara", renegado por ele, Calandra teria participado de sessões de interrogatório e tortura no DOI-Codi, segundo documentos e testemunho de pelo menos sete ex-presos políticos, que alegaram à CNV terem sido torturados por Calandra. Segundo integrantes da CNV, Calandra apresentou sucessivas contradições ao longo de seu depoimento. *O Estado* informou que Calandra chegou a negar que havia trabalhado no DOI-Codi, porém reconsiderou sua afirmação diante da apresentação de um documento pelo coordenador da CNV, Pedro Dallari, no qual o 2º Exército teria elogiado Calandra "pelas diversas atividades de combate à subversão e ao terrorismo". Com isso, o delegado admitiu ter sido "um burocrata do DOI-Codi", mas, segundo *O Estado*, "nunca ouviu gritos nem queixas dos vizinhos ao local onde trabalhava". De acordo com *O Estado*, em outro momento do depoimento, Calandra negou ter ciência de que o jornalista Vladmir Herzog, morto nas dependências do DOI-Codi, estava detido no local. Porém, ao ser confrontado com um documento apresentado pelo colegiado, no qual Calandra solicitava perícia da morte de Herzog, o ex-delegado confirmou a autoria do pedido, alegando, porém, que desconhecia as circunstâncias da morte do jornalista. Segundo *O Estado*, Dallari afirmou que o depoimento de Calandra "foi muito pouco crível. As evidências são robustas contra ele". Outro integrante da CNV, o advogado José Carlos Dias, declarou que "várias pessoas vieram contar os horrores que passaram. E ele nega tudo isso. E impossível. É uma desfaçatez". Ainda segundo *O Estado*, uma das supostas vítimas de tortura de Calandra, a advogada aposentada Darci Toshiko Miyaki, afirmou ter ficado estéril por conta das torturas. De acordo com Miyaki, Calandra deu choques elétricos em sua vagina e "enfiava o dedo para colocar os fios e praticava pessoalmente os

choques". (Folha de S. Paulo – Poder – 13/12/13; O Estado de S. Paulo – Política – 13/12/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br
Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:
Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).